

RCD no HABEAS CORPUS Nº 563.174 - SP (2020/0044770-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
REQUERENTE : **ALDEONE FERNANDO DA SILVA (PRESO)**
ADVOGADO : **LEONARDO SOUZA COSTA - SP312543**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Aldeone Fernando da Silva ingressa com pedido de reconsideração da decisão de fls. 192/193, pela qual indeferi o pedido liminar formulado nestes autos.

Alega o requerente que o crime que lhe é imputado foi cometido sem violência ou grave ameaça, sendo possível a substituição da prisão por medidas alternativas, mormente em razão da pandemia que assola o mundo (Covid-19).

Requer a reconsideração da decisão para que seja determinada a revogação da prisão.

É o relatório.

Verifica-se dos autos que o requerente foi denunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 155, §§ 1º e 4º, incisos I e IV, do Código Penal, 54, § 2º, inciso V, da Lei n. 9.605/1998, e art. 1º, inciso I, da Lei n. 8.176/1991.

Na impetração, alega-se constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação do decreto cautelar.

Como afirmei quando do indeferimento da medida liminar, esclarece a decisão impugnada que ficaram devidamente demonstrados os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como delineada a gravidade concreta do delito e a periculosidade dos agentes (fl. 22):

(...) Nesse cenário, é evidente que a conduta delituosa pressupõe grande organização criminosa, a qual demonstra ter vultosa estrutura e logística, pois se afigura evidente que para a realização da prática delitiva retratada nos autos, há necessidade de grande número de pessoas especializadas para a extração do combustível, tudo a evidenciar que os acusados contam com envolvimento estreito com organização criminosa de grande vulto, denotando a periculosidade de ambos (...).

Entretanto, não se pode olvidar que o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 62/2020, em que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Dispõe o art. 4º da referida resolução:

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

Diante desse cenário e observada a primariedade do requerente, é preciso dar imediato cumprimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, como medida de contenção da pandemia mundialmente causada pelo coronavírus (Covid-19), devendo a custódia cautelar ser substituída pela prisão cautelar em regime domiciliar.

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão de fls. 192/193 e **defiro** o pedido liminar para, salvo prisão por outro motivo, excepcionalmente e em cumprimento à Recomendação CNJ n. 62/2020, substituir a prisão cautelar imposta ao requerente por prisão domiciliar, a ser implementada pelo Juízo de primeiro grau, que deverá fixar as condições e alertar o acusado de que, em caso de eventual descumprimento, a segregação provisória será imediatamente restabelecida.

Solicitem-se informações à autoridade coatora.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator